

# O PCB e os mundos do trabalho: uma apresentação

PCB and the Worlds of Labour: a presentation

Paulo Fontes\*

Edilene Toledo\*\*

**E**m 1982, Ferreira Goulart, àquela altura ainda um conhecido intelectual comunista, escreveu um poema em homenagem aos 60 anos do Partido Comunista do Brasil (PCB).<sup>1</sup> Em pleno processo de redemocratização do país, “Eles eram poucos” celebrava os fundadores e a trajetória do partido. O poema terminava com o que também pode ser interpretado como um “conselho” para os historiadores:

Faz sessenta anos que isso aconteceu  
O PCB não se tornou o maior partido do Ocidente  
Nem mesmo do Brasil  
Mas quem contar a história do nosso povo e seus heróis  
Tem que falar dele  
Ou estará mentindo.

Quarenta anos depois, o PCB fundado em 1922 não existe mais.<sup>2</sup> Mas a advertência de Ferreira Goulart sobre sua importância para a história do país deve continuar a ser levada a sério. Ainda mais para os historiadores e historiadoras do trabalho. Na verdade, a literatura sobre a trajetória do PCB é surpreendentemente extensa. Além das numerosas obras de memórias de antigos militantes e dirigentes, o partido foi objeto de uma significativa quantidade

---

\* Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor do Instituto de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: pfontes@mandic.com.br. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9277-6193>.

\*\* Doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). E-mail: edilene.toledo@unifesp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7882-0963>.

1 O Partido Comunista do Brasil (PCB) foi fundado em março de 1922. Em agosto de 1961 alterou seu nome para Partido Comunista Brasileiro (PCB), com a finalidade de facilitar seu registro eleitoral e sua legalização.

2 Em 1992, o antigo PCB, após a dissolução da União Soviética, mudou seu nome para Partido Popular Socialista (PPS). Em março de 2019 alterou seu novamente seu nome para Cidadania, um partido no espectro da centro-direita no cenário político nacional. Uma ala do antigo PCB rejeitou a alteração do nome e programa proposta pela maioria em 1992 e decidiu manter a sigla original, conseguindo o registro partidário em 1996, atuando até os dias de hoje. O Partido Comunista do Brasil (PCdoB), dissidência do PCB, fundado em 1962, também reivindica a fundação em 1922.

de livros, dissertações e teses, em particular nos campos da sociologia, ciência política e história política. Com poucas exceções, uma característica comum a essa produção oscilou entre o que poderíamos chamar de historiografia da “justificação” e historiografia do “acerto de contas”, particularmente interessadas nas opções ideológicas e nos “erros” e “acertos” da direção partidária. Com frequência, reproduzia-se uma história tradicional excessivamente centrada nos aspectos institucionais, doutrinários e nas lideranças e “heróis”.

A construção de uma história social do PCB é um fenômeno relativamente recente. E os/as historiadores/as do trabalho têm sido parte importante desse processo. Com novas abordagens teóricas e densas pesquisas empíricas, pesquisas originais têm analisado as complexas relações entre a longa e tumultuada trajetória do partido e a experiência da classe trabalhadora brasileira ao longo do século XX. Mesmo investigações que não necessariamente tiveram o PCB como tema central precisaram se deparar com uma avaliação da política do partido no movimento sindical, nas comunidades de trabalhadores nas cidades e no campo e no imaginário vinculado aos mundos do trabalho no Brasil, espaços sociais em que o Partido Comunista teve presença decisiva ao longo de várias décadas, mesmo que ilegal na maior parte do tempo e sob intensa vigilância e repressão.

Desta forma, nas últimas décadas tem se constituído um significativo campo de estudos com análises mais nuançadas e ampliadas sobre a história do PCB. Para além das disputas internas e ideológicas entre as lideranças partidárias, pesquisas com recortes circunstanciados têm enfatizado uma perspectiva “a partir de baixo”, destacando a atuação dos(as) trabalhadores(as) comunistas nos locais de trabalho, nos sindicatos, em associações comunitárias e culturais, nos movimentos sociais, nos bairros populares e na vida política e eleitoral em geral. Essas novas investigações têm problematizado as relações e debates realizados pelos comunistas em temas como classe, gênero, etnia, raça, origem regional e trajetórias. Além disso, o conjunto desses trabalhos tem possibilitado uma visão mais nacional da história do partido, com estudos sobre cidades, regiões e categorias profissionais anteriormente pouco analisadas. As dimensões transnacionais e comparativas da trajetória do partido também têm sido objeto de atenção dos/as historiadores/as do trabalho.

No aniversário de 100 anos de fundação do PCB, este dossiê traz uma impressionante amostra da riqueza dessa produção histórica recente sobre a história do PCB.

Abrindo o dossiê, dois artigos que procuram avançar na construção de uma história social da política. O texto de Murilo Leal Pereira Neto, “A atuação eleitoral do PCB como representação popular: um estudo de caso – as eleições de 1954 em São Paulo”, destaca a importância da participação eleitoral do PCB durante o período 1945-1964, com resultados expressivos, seja em relação à quantidade de votos obtidos quanto em relação à qualidade política das experiências, com candidaturas operárias e populares, e analisa, a partir de vasta pesquisa em fontes variadas, os resultados obtidos pelo partido nas eleições para

deputado estadual, federal, senador e governador na cidade de São Paulo em 1954, comparando-os com os do último pleito em que o PCB concorreu na legalidade, em janeiro de 1947. O artigo apresenta, a partir desse estudo de caso, uma importante reflexão sobre como o veto à presença do PCB no sistema partidário e a perseguição a seus candidatos e parlamentares limitou os direitos políticos dos trabalhadores e definiu os contornos de uma democracia restrita.

Já Diorge Konrad e Gláucia Konrad, em “Da política de proletarização à ANL: o Partido Comunista do Brasil entre 1930 e 1935”, analisam a inserção do PCB no movimento operário e sindical e em movimentos populares mais amplos naqueles anos de grande agitação, de incertezas e polarização política, quando comunistas e integralistas se enfrentaram mortalmente. Em diálogo com a bibliografia e a pesquisa em fontes da Terceira Internacional e da repressão no Brasil, os autores analisam a participação proletária no partido, em seus órgãos dirigentes, em candidaturas como a de Minervino de Oliveira – negro e operário – à Presidência da República, entre outras candidaturas operárias, pondo luz sobre a base proletária do partido, tanto nos momentos em que predominou a tática “obreirista” quanto nos que optou por alianças mais extensas, na ampla frente antifascista, a ANL.

Biografias e trajetórias de militantes e dirigentes têm sido um interessante e promissor caminho historiográfico para a análise dos movimentos sociais e das organizações dos trabalhadores. Guilherme Machado Nunes, em “Trabalho, militância e repressão no Recife: Júlia Santiago entre o DOPS e a fábrica (1933-1956)”, procura refletir sobre a relação entre militância operária e repressão através do estudo de parte importante da trajetória de Júlia Santiago da Conceição (1917-1988), sobretudo entre os anos de 1945 e 1964. Júlia foi operária têxtil desde os 10 anos de idade, militante do PCB, eleita vereadora em 1947 e sofreu com uma vigilância atenta e constante da polícia e inúmeras prisões. Sua aproximação ao sindicato e ao partido ocorreu nos anos 1930. Analisando as memórias de Júlia e outras fontes, o autor apresenta-a como sujeito de uma experiência capaz de iluminar o conhecimento da história da qual ela fez parte, como trabalhadora, como militante e como vítima da repressão do Estado, mesmo durante o período de redemocratização pós-Estado Novo.

Em seguida, o artigo de Adriano Duarte, “Eduardo Dias e João Louzada: dois comunistas no bairro da Mooca (1935-1955)”, evidencia como o estudo de trajetórias individuais e o recorte geográfico, um bairro, são estratégias metodológicas acertadas para a ampliação do conhecimento da história social do trabalho e da militância. Percorrendo as vidas aventurosas desses dois operários e militantes, tendo como fontes principais um livro de memórias e uma série de entrevistas, Duarte descortina a militância comunista na cidade de São Paulo ao longo de décadas intensas como foram as de 1930, 1940 e 1950.

Já Felipe Ribeiro, com o artigo “O médico, a fé e os operários: militância comunista entre traumas, interditos e narrativas históricas”, analisa as complexas relações entre um grupo de operárias e operários têxteis do município de Magé-RJ, atuante no partido em um

período de efervescência política e repressão, e Irun Sat'Anna, um médico comunista que participou ativamente das mobilizações operárias no município entre 1940 e 1960. Através da análise dos depoimentos dos próprios trabalhadores e outras fontes, o autor reflete, a partir desse estudo, sobre a temática da memória e da identidade operária, com destaque para as intrincadas relações entre religiosidade e militância política.

Já há algum tempo, as intrincadas discussões sobre gênero, raça e etnicidade têm ganhado um valioso e importante espaço na história social do trabalho. Mais recentemente, análises sobre a história do Partido Comunista do Brasil (PCB) e a relação do partido e seus militantes com essas temáticas têm atraído a atenção cada vez maior de jovens historiadores/as e pesquisadores/as. É o caso de Marcelo Silva com seu artigo “A ambiguidade da singularidade: a incorporação da questão racial brasileira pelo Partido Comunista do Brasil (PCB) nas décadas de 1920 e 1930”. Silva analisa como o PCB tratou a questão racial em suas primeiras décadas de existência, argumentando que, embora o partido não tenha conseguido construir um programa que enfrentasse os problemas que afligiam as populações negra e indígena, e que os debates tenham ficado restritos aos militantes e intelectuais, o PCB teve papel importante, pois politizou a questão racial e a levou ao debate público, tratando-a, ainda que lateralmente, em seus documentos e ação institucional.

Paula Elise Ferreira Soares, em seu artigo “O PCB e a criação das Uniões Femininas na cidade do Rio de Janeiro: as comunistas na luta pelo direito das mulheres pobres à cidade (1945-1948)”, através de vasta pesquisa empírica, põe em evidência o empenho de militantes do PCB, sobretudo mulheres, na criação, manutenção e dinamização das Uniões Femininas em diversos bairros da cidade do Rio de Janeiro entre 1945 e 1948. Nessas Uniões, instaladas tanto em áreas centrais quanto suburbanas, as militantes auxiliavam donas de casa, empregadas domésticas e outras trabalhadoras em suas lutas trabalhistas e cidadãs, além de incentivá-las a se envolver nas campanhas eleitorais do período.

Larissa Correa e Nina Visco, em “‘Falam as eleitas do povo’: vereadoras e comunistas, a atuação política das mulheres do PCB (1946-1948)”, analisam a participação de mulheres na política através do estudo da trajetória de lideranças femininas do PCB, particularmente de três mulheres que foram eleitas vereadoras na capital federal no breve período de legalidade do PCB, após o fim do Estado Novo: Arcelina Mochel, Odila Schmidt e Lia Corrêa Dutra. Através da análise de fontes variadas, e a mobilização da categoria gênero e do instrumental da história social, as autoras nos trazem as diferentes formas de atuação política das militantes comunistas e seu esforço para a construção de uma pauta de reivindicações específica das mulheres.

Já Iracélli da Cruz Alves, em seu artigo “Feminismo, PCB e o debate sobre trabalho doméstico entre as décadas de 1940 e 1960: relações intragênero e as dimensões de raça/classe”, analisa o debate sobre o trabalho doméstico e os direitos das empregadas domésticas, promovido por mulheres ligadas ao PCB e animado por um debate tanto nacional quanto

internacional, nas décadas de 1940 e 1960. A autora destaca a importância da participação de trabalhadoras de várias categorias profissionais e muitas empregadas domésticas no movimento, que foi então orientado por demandas das próprias trabalhadoras e trouxeram para o debate público problemas que iam além do mundo do trabalho e da esfera jurídica, mas envolviam a vida cotidiana e a desnaturalização do trabalho doméstico e da gestão do cotidiano familiar como “coisas de mulher”.

Lucas Alexandre Andreto e Marcos Del Roio chamam a atenção para uma importante categoria ainda pouco estudada, os garçons e trabalhadores em hotéis, em um período – a década de 1920 – ainda carente de estudos mais sistemáticos sobre o movimento sindical e atuação dos comunistas. “A revolução está na mesa: o Partido Comunista do Brasil (PCB) e a organização dos trabalhadores em hotelaria (1922-1930)” nos apresenta a história da militância comunista num sindicato paulistano que congregava diferentes profissionais ligados ao trabalho em hotéis, restaurantes, confeitarias, bares, entre outros. Essa organização se tornou uma das de maior atuação comunista em São Paulo no período, com participação em várias greves. Com pesquisa em fontes variadas, o texto evidencia a extrema exploração a que eram submetidos esses trabalhadores e como os militantes comunistas, sobretudo através do jornal *O Internacional*, procuraram difundir suas ideias e incentivar a organização para o enfrentamento de suas duras condições de trabalho, promovendo também mudanças na cultura da categoria.

Em seu artigo “Para além do Quarto Distrito: a territorialidade do movimento comunista em Porto Alegre (1918-1930)”, Frederico Bartz também aborda a década de 1920 com uma perspectiva teórica inovadora. Ao mobilizar o conceito de território como espaço socialmente construído, Bartz analisa os espaços de organização e atuação da militância comunista em Porto Alegre, predominante nas áreas industriais, e, a partir do final da década de 1920, a expansão dessa territorialidade, identificando os lugares de instalação das sedes e sindicatos sob a influência comunista, bem como os trajetos de suas manifestações públicas. Enriquece a análise a construção de mapas com a identificação dessa geografia comunista da cidade.

A expansão geográfica dos estudos para além do eixo Rio-São Paulo tem sido um dos principais avanços da história do trabalho nas últimas décadas. Assim o dossiê é encerrado com um instigante artigo sobre os comunistas na região amazônica. Em “Comunismo e sindicalismo: o PCB e as disputas sindicais “na grande terra oprimida dos barés” (1944-1964)”, César Augusto Bubolz Queirós analisa a participação e atuação dos comunistas na organização dos trabalhadores e sindicatos no estado do Amazonas, do fim do Estado Novo até o golpe civil-militar. Apesar da repressão e dos obstáculos encontrados, a pesquisa evidencia o protagonismo dos comunistas em lutas políticas importantes do período e o dinamismo das suas relações com a classe trabalhadora do estado. O autor reflete também sobre o enorme impacto da ditadura civil-militar sobre o movimento, com uma repressão feroz que levou grande parte das lideranças sindicais à prisão.

As efemérides são oportunidades privilegiadas para estimular reflexões e debates. Por isso, por ocasião do centenário da fundação do PCB, acontecimento marcante na história política, social e cultural do Brasil no século XX, consideramos importante trazer aos leitores essas pesquisas originais com debates sobre a longa, rica e complexa história do partido e de seus militantes nas suas relações com os Mundos do Trabalho. Apesar da repressão, da ilegalidade e da consequente clandestinidade a que foi submetido durante grande parte de sua existência, e também de seus diferentes períodos, conflitos internos, contradições e incertezas, os comunistas foram presença constante, ativa e importante nas diferentes dimensões da experiência dos trabalhadores ao longo de muitas décadas. Desde que os ventos vindos da Rússia inspiraram e impactaram o movimento operário no Brasil, passando pela crise política dos anos 1920, a Era Vargas, o chamado período democrático, a ditadura de 1964 e a nova reconstrução democrática, os comunistas e seus herdeiros têm participado da vida política do país.

Os textos que ora apresentamos evidenciam a importância e a riqueza dessa experiência em vários espaços e tempos e se movem entre os temas clássicos da história do trabalho e das esquerdas, ao mesmo tempo em que incorporaram as importantes transformações que a história social do trabalho vem atravessando nos últimos anos.